

Itaú Vida e Previdência S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos a 31/12/2025 e 31/12/2024 para contas patrimoniais e aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2025 e de 2024 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a dezembro de 2025 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou queda de 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 410,8 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação) devido aos menores volumes no segmento de previdência (redução de R\$ 39,6 bilhões). Em contrapartida, o segmento de seguros registrou um crescimento de R\$ 12,3 bilhões.

No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB ⁽¹⁾ foi de 3,2%, uma redução de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2025, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 2,1 trilhões, apresentando aumento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado de Previdência

A contribuição total dos planos de previdência no acumulado de janeiro até dezembro de 2025 atingiu R\$ 156,9 bilhões, redução de 20,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em dezembro de 2025, as provisões técnicas de previdência atingiram R\$ 1,8 trilhão, aumento de 12,2% em relação a dezembro de 2024, principalmente em função do aumento das provisões técnicas de VGBL (+ R\$ 170,0 bilhões).

1.3 Mercado de Seguros de Pessoas

No acumulado de janeiro até dezembro de 2025, os prêmios ganhos do mercado brasileiro de seguros de pessoas (desconsiderando VGBL e Dotal) ⁽²⁾ atingiram R\$ 55,0 bilhões líquidos de resseguro ⁽³⁾, com crescimento de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os produtos de vida individual (+R\$ 3,1 bilhões) e de prestamista (+R\$ 3,0 bilhões).

O índice de sinistralidade ⁽⁴⁾ do mercado de seguros de pessoas, que é obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro, atingiu 27,8% no acumulado de janeiro até dezembro de 2025, queda de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

As provisões técnicas de seguros de pessoas e vida individual atingiram R\$ 113,8 bilhões, aumento de 11,4% em relação a dezembro de 2024.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025:

O **lucro líquido** foi de R\$ 479,8 milhões no período, um crescimento de 6,8% na comparação com o ano anterior, em função do maior resultado financeiro e do aumento do resultado com operações.

2.2 Patrimonial

Variações de 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024:

O **total de ativos** atingiu R\$ 355,1 bilhões, alta de 15,6%, principalmente em função do aumento das aplicações financeiras.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 4,8 bilhões, aumento de 13,0%, em função da integralização do lucro líquido no período.

As **provisões técnicas de seguros e previdência** totalizaram o montante de R\$ 349,4

bilhões, um aumento de 15,6%, principalmente em função da elevação das provisões matemáticas de previdência.

3. Negócios

Em dezembro de 2025, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), o nosso *market share* de provisões técnicas de previdência foi de 19,9%, enquanto o nosso *market share* dos planos individuais de previdência foi de 19,4%.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto em Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		339.760.829	291.960.171	Circulante		1.967.646	1.890.689
Disponível - Caixa e Bancos	2c II	192.746	253.961	Contas a Pagar		443.023	223.790
Aplicações	2c III, 3	338.938.325	290.982.099	Obrigações a Pagar		253.989	78.135
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		291.724	294.358	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		121.383	122.785
Prêmios a Receber	4f I	291.159	293.726	Impostos e Contribuições	2c IV	67.651	22.870
Operações com Seguradoras		565	632	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2c V	82.334	89.385
Créditos das Operações com Previdência Complementar		--	3.005	Prêmios a Restituir		--	2.655
Créditos de Resseguros		--	3.005	Operações com Resseguradoras		24.893	26.311
Outros Créditos Operacionais		615	492	Corretores de Seguros e Resseguros		57.271	58.844
Ativos de Resseguros e Retrocessão		40.268	26.056	Outros Débitos Operacionais		170	1.575
Títulos e Créditos a Receber		244.019	336.506	Depósitos de Terceiros	4f VII	77.028	92.624
Títulos e Créditos a Receber		204.122	319.053	Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2c V	1.004.552	1.117.566
Créditos Tributários e Previdenciários	2c IV, 7b	39.142	16.702	Pessoas		490.933	491.541
Outros Créditos		755	751	Vida Individual		1.315	1.685
Despesas Antecipadas		478	9.475	Vida com Cobertura por Sobrevivência		512.304	624.340
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c V, 4g	52.654	54.219	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV, 2c V	360.686	367.300
Ativo Não Circulante		15.370.460	15.264.060	Planos não Bloqueados		213.106	205.317
Realizável a Longo Prazo		14.310.203	14.202.588	PGBL		147.580	161.983
Aplicações	2c III, 3	13.576.565	13.405.724	Outros Débitos - Outros Valores		23	24
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	4f I	56	62	Passivo Não Circulante		348.340.214	301.065.489
Títulos e Créditos a Receber		733.565	796.784	Contas a Pagar		305.628	314.350
Créditos Tributários e Previdenciários	2c IV, 7b	695.627	759.782	Obrigações a Pagar		28	15
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	24.006	26.821	Tributos Diferidos	2c IV, 7b	305.600	314.335
Outros Créditos Operacionais		13.932	10.181	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2c V	38	34
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2c V, 4g	17	18	Corretores de Seguros e Resseguros		38	34
Investimentos		798.197	799.412	Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2c V	257.780.105	222.063.178
Participações Societárias		797.338	798.456	Pessoas		98	95
Imóveis Destinados à Renda		828	925	Vida com Cobertura por Sobrevivência		257.780.007	222.063.083
Outros Investimentos		31	31	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV	90.228.695	78.649.991
Imobilizado		4.269	4.269	Planos não Bloqueados		9.856.983	10.812.598
Imóveis de Uso Próprio		4.269	4.269	PGBL		80.371.712	67.837.393
Intangível		257.791	257.791	Outros Débitos - Provisões Judiciais	2c VI, 5	25.748	37.936
Outros Intangíveis		257.791	257.791	Patrimônio Líquido	8	4.823.429	4.268.053
Total do Ativo		355.131.289	307.224.231	Capital Social		2.391.000	2.391.000
				Reservas de Capital		309.351	309.351
				Reservas de Lucros		2.607.644	2.132.445
				Outros Resultados Abrangentes		(484.566)	(564.743)
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		355.131.289	307.224.231

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Operações de Seguros		412.248	394.050
Prêmios Emitidos	4f II, 10b II	569.640	569.438
Contribuições para Coberturas de Riscos	10b II	217.602	211.787
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(377)	5.920
Prêmios Ganhos		786.865	787.145
Sinistros Ocorridos	6a	(261.252)	(286.926)
Custos de Aquisição	6c	(97.755)	(101.387)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		204	(4.396)
Resultado com Operações de Resseguro		(15.814)	(386)
Operações de Previdência		364.493	327.638
Rendas de Contribuições e Prêmios	10b II	18.378.384	25.114.308
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(18.377.384)	(25.112.860)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		1.000	1.448
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	6b	458.691	483.385
Variação de Outras Provisões Técnicas		(75.910)	(128.601)
Custos de Aquisição	6c	(4.599)	(3.849)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(8.047)	(11.832)
Resultado com Operações de Resseguro		(6.642)	(12.913)
Despesas Administrativas	6d	(555.340)	(546.303)
Despesas com Tributos		(56.749)	(56.670)
Resultado Financeiro	6e	640.441	564.925
Resultado Patrimonial		(9.199)	28.238
Resultado Operacional		795.894	711.878
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		64	425
Resultado Antes dos Impostos e Participações		795.958	712.303
Imposto de Renda	7a	(194.933)	(160.922)
Contribuição Social	7a	(121.268)	(102.022)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		479.757	449.359
Quantidade de Ações	8a	1.094.526.547	1.094.526.547
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$		0,44	0,41

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido / (Prejuízo)		479.757	449.359
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		80.177	(607.653)
Variação de Valor Justo		115.870	(977.688)
Efeito Fiscal		(46.348)	391.075
Coligadas / Controladas		10.655	(21.040)
Contratos de Seguro e Previdência Privada		--	259.374
Variação na Taxa de Juros	4i	--	453.372
Efeito Fiscal		--	(193.998)
Total de Outros Resultados Abrangentes		80.177	(348.279)
Total do Resultado Abrangente		559.934	101.080

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2024		2.391.000	309.351	284.906	2.036.434	(216.464)	4.805.227
Dividendos		--	--	--	(162.961)	--	(162.961)
Reversão de Dividendos		--	--	--	60	--	60
Adoção de Política Contábil		--	--	--	(238.314)	--	(238.314)
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	(348.279)	101.080
Lucro Líquido / (Prejuízo)		--	--	--	--	449.359	449.359
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		--	--	--	--	(607.653)	(607.653)
Contratos de Seguro e Previdência Privada		--	--	--	--	259.374	259.374
Destinações							
Reservas		--	--	22.468	189.852	--	--
Dividendos		--	--	--	--	(212.320)	--
Saldos em 31/12/2024	8	2.391.000	309.351	307.374	1.825.071	(564.743)	4.268.053
Mutações do Período		--	--	22.468	(211.363)	--	(537.174)
Saldos em 01/01/2025		2.391.000	309.351	307.374	1.825.071	(564.743)	4.268.053
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	479.757	559.934
Lucro Líquido / (Prejuízo)		--	--	--	--	479.757	479.757
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		--	--	--	--	80.177	80.177
Destinações							
Reservas		--	--	23.988	451.211	--	--
Dividendos		--	--	--	--	(475.199)	--
Saldos em 31/12/2025	8	2.391.000	309.351	331.362	2.276.282	(484.566)	4.823.429
Mutações do Período		--	--	23.988	451.211	--	555.376



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2025 E 31/12/2024 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 E 2024 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Vida e Previdência S.A. (ITAÚ VIDA ou empresa) é uma empresa da Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e planos de previdência privada, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ VIDA é a Itauseg Participações S.A. (ITAUSEG PART) com participação de 100,00%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ VIDA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Notas 2c III, 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2025

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período.

II - Aplicáveis em Períodos Futuros

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis em períodos futuros.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da ITAÚ VIDA. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a forma como a entidade faz a gestão de seus instrumentos financeiros e as características de seus fluxos de caixa.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os títulos públicos, conforme estudo efetuado pela ITAÚ VIDA, são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1.

III.I - Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido: no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração Consolidada do Resultado, para demais ativos e passivos financeiros.

Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração do Resultado.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

III.II - Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.III - Instrumentos Patrimoniais

As ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais são contabilizados na Demonstração do Resultado.

Valor Justo

Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. A empresa classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

- Nível 1:** Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos.
- Nível 2:** Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo; (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.
- Nível 3:** Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

IV - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

V - Contratos das Operações de Seguro e Previdência Privada

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece com tal até o final de sua vigência mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os planos de Previdência Privada referem-se a contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 4.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela proporção de proteção de seguro fornecido, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos.

A empresa constitui, caso haja evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas.

Resseguros

No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador.

A administração exerce seu julgamento na avaliação ao valor recuperável dos recebíveis de resseguros, com base na sua experiência e rating dos resseguradores.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência da ITAÚ VIDA, em avaliações comparativas e na experiência do atuário e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

Teste de Adequação do Passivo

A ITAÚ VIDA agrupou os produtos em: Acessórios, Acidentes Pessoais, Benefícios Definidos, PGBL/VGBL, Tradicional e Vida em Grupo. As políticas contábeis de compensação dos resultados do Teste de Adequação de Passivos e reconhecimento das mudanças na Taxa de Juros em Outros Resultados Abrangentes.

A empresa realiza, semestralmente, o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro e planos de previdência privada vigentes na data base do teste.

Caso a análise demonstre insuficiência esta será contabilizada no resultado do período quando proveniente de alterações no risco não financeiro de seguros e em outros resultados abrangentes, quando decorrente de mudanças na taxa de juros (ETTJ).

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 4.

VI - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

- Provável: é constituída provisão.
- Possível: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.
- Remota: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

VII - Receitas e Despesas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da vigência do risco, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG e despesas de comercialização diferidas. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela empresa. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 2c III.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9a.

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

	Taxa Média a.a.	31/12/2025 Valor Justo	31/12/2024 Valor Justo
Fundos de Investimentos		338.367.675	290.610.617
Ações.....		8.639.011	5.251.969
Certificados de Recebíveis do Agronegócio.....		708.453	516.814
Certificados de Recebíveis Imobiliários.....		900.745	762.320
Certificados de Depósito Bancário.....		1.040.051	479.276
Compromissadas.....		31.712.191	28.774.066
Contas a Receber / (Pagar).....		499.291	241.593
Debêntures.....		68.399.790	53.977.230
Derivativos.....		9.159	16.905
Cotas de Fundos de Investimentos.....		11.275.959	14.751.035
Letras Financeiras.....		35.816.718	32.310.954
Letras Financeiras do Tesouro.....		120.004.628	117.761.342
Letras do Tesouro Nacional.....		12.959.415	3.161.098
Notas de Crédito.....		1.014.555	1.091.276
Notas do Tesouro Nacional.....		44.746.249	31.382.042
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....		641.460	132.697
Títulos Públicos		81.575	--
Notas do Tesouro Nacional.....		81.575	--
Títulos de Empresas		63.482	158.278
Debêntures.....	CDI + 1,92 %	63.482	127.633
Notas de Crédito.....		--	30.645
Total		338.512.732	290.768.895
Circulante.....		338.512.732	290.768.895
Não Circulante.....		--	--

No saldo de Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado contempla ajuste ao valor justo no montante de R\$ 3.471 (R\$ 45.207 em 31/12/2024).

b) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

		Ajuste ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)		Valor Justo	Valor Justo
	Taxa Média a.a.	Custo			
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		9.347.585	(1.216.819)	8.130.766	7.712.600
Notas do Tesouro Nacional	IGPM + 12% / IPCA + 6% / 10%	9.347.585	(1.216.819)	8.130.766	7.712.600
Total		9.347.585	(1.216.819)	8.130.766	7.712.600
Perda de Crédito Esperada (Resultado)		-,-			
Total		9.347.585			
Circulante.....				425.593	213.204
Não Circulante.....				7.705.173	7.499.396
c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado					

c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

	Taxa Média a.a.	31/12/2025 Valor Contábil Bruto	31/12/2024 Valor Contábil Bruto
Títulos Públicos do Governo Brasileiro		5.871.392	5.906.328
Notas do Tesouro Nacional.....	IPCA + 6% / IGPM + 12%	5.871.392	5.906.328
Total		5.871.392	5.906.328
Perda de Crédito Esperada.....	--	--	--
Custo Amortizado		5.871.392	5.906.328
Circulante		--	--
Não Circulante		5.871.392	5.906.328

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, se avaliados a valor justo, apresentariam em 31/12/2025 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ 289.268 (R\$ 180.278 em 31/12/2024).

d) Movimentação das Aplicações

	Valor Justo por meio do Resultado	Resultados Abrangentes	Custo Amortizado	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	290.768.895	7.712.600	5.906.328	304.387.823	270.625.417
Aplicações.....	88.061.304	720.712	—	88.782.016	108.302.871
Resgate de Principal.....	(81.713.582)	(1.121.157)	(491.264)	(83.326.003)	(97.615.693)
Resultado Financeiro.....	41.396.115	702.741	456.328	42.555.184	24.052.916
Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido).....	—	115.870	—	115.870	(977.688)
Saldo Final	238.512.732	8.130.766	5.871.392	352.514.890	304.387.823

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	31/12/2025				31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Valor Justo por meio do Resultado	145.057	338.367.675	--	338.512.732	136.252	290.632.643	--	290.768.895
Fundos de Investimentos.....	--	338.367.675	--	338.367.675	--	290.610.617	--	290.610.617
Títulos Públicos.....	81.575	--	--	81.575	--	--	--	--
Títulos de Empresas.....	63.482	--	--	63.482	136.252	22.026	--	158.278
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	8.130.766	--	--	8.130.766	7.712.600	--	--	7.712.600
Títulos Públicos.....	8.130.766	--	--	8.130.766	7.712.600	--	--	7.712.600

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		Custo Amortizado	Total	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		Custo Amortizado	Total
Classificação Interna (1)	por meio do Resultado				por meio do Resultado			
Baixo.....	338.512.732	8.130.766	5.871.392	352.514.890	272.422.039	7.712.600	5.906.328	286.040.967
Médio.....	--	--	--	--	18.294.373	--	--	18.294.373
Alto.....	--	--	--	--	52.483	--	--	52.483
Total.....	338.512.732	8.130.766	5.871.392	352.514.890	290.768.895	7.712.600	5.906.328	304.387.823
%	96,0%	2,3%	1,7%	100,0%	95,6%	2,5%	1,9%	100,0%

1) *Demonstra correspondência entre os níveis atribuídos pelos modelos internos do grupo e a probabilidade de inadimplência (PD): (a) baixo PD menor ou igual a 4,44%, (b) médio PD maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% e (c) alto PD maior que 25,95%.*

NOTA 4 - CONTRATOS DAS OPERAÇÕES DE SEGURO E PREVIDÊNCIA PRIVADA

A política contábil sobre contratos das operações de seguros e previdência privada está apresentada na Nota 2c V.

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predefinidas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

- Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:
- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
 - Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Previdência Privada

Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre: Plano de previdência complementar com o objetivo de acumulação, onde os recursos são aplicados em um fundo de investimento sem garantia de remuneração mínima durante o período de diferimento. Nesta modalidade, suas contribuições podem ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda, até 12% da renda tributável (exclusivamente para quem contribui para a previdência Pública Social). O imposto de renda incide apenas no momento do resgate sobre todo o valor acumulado (aportes + rendimentos).
- VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre: Seguro de pessoas com cobertura de sobrevivência com o objetivo de acumulação, onde os recursos são aplicados em um fundo de investimento sem garantia de remuneração mínima durante o período de diferimento. Nesta modalidade, as contribuições não podem ser deduzidas da base de cálculo. O imposto de renda incide no momento do resgate, apenas sobre a rentabilidade.
- FGB - Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

d) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

A empresa comercializa produtos de previdência complementar na modalidade de PGBL e VGBL, e em 2011 iniciou a comercialização de produtos atrelados à tábua de sobrevivência brasileira BR-EMS com 0% de garantia de juros na fase de concessão do benefício e atualização anual pelo IPCA.

Os principais produtos de seguros comercializados estão atrelados à tábua atuarial AT 83 e intervalo de carregamento de 17% a 24%.

e) Provisões Técnicas

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** - constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguero aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguero cedido, quando aplicável. Abrange valores relativos às indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2025 E 31/12/2024 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 E 2024 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

NOTA 5 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c.VI. A empresa, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes
Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências
I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis.....	8.698	10.677
Trabalhistas.....	1.521	1.408
Total.....	10.219	12.085
Depósitos em Garantia de Recursos.....	1.900	863

No Balanço Patrimonial contempla Depósitos Judiciais de Sinistros no montante de R\$ 7.031 (R\$ 6.845 em 31/12/2024).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações Legais.....	6.907	6.669
Ações Fiscais e Previdenciárias.....	8.622	19.182
Total.....	15.529	25.851
Depósitos em Garantia de Recursos.....	6.219	9.284

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas
Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 51.675 (R\$ 58.572 em 31/12/2024). Não existem Ações Trabalhistas de perda possível.

Ações Fiscais e Previdenciárias
As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 121.739 (R\$ 109.476 em 31/12/2024), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- ISS - Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador - R\$ 81.130: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.
- IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 28.901: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 6.337: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Garantias de Contingências
As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a empresa são compostas basicamente por valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 8.856 (R\$ 9.829 em 31/12/2024).

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Sinistros Ocorridos		
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Sinistros.....	(200.495)	(218.601)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(2.225)	7.262
Serviços de Assistência.....	(2.996)	(2.556)
Despesas com Benefícios.....	(55.536)	(73.031)
Total.....	(261.252)	(286.926)
b) Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		
Refere-se basicamente a administração de fundos de investimentos e percentual incidente sobre as contribuições pagas pelo participante, para fazer face às despesas administrativas do plano.		
c) Custos de Aquisição		
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Comissão sobre Prêmios Emitidos.....	(80.013)	(81.347)
Corretagem e Agenciamento.....	(4.599)	(3.849)
Variação do Custo de Aquisição Diferido.....	(1.566)	(3.016)
Outros.....	(16.176)	(17.024)
Total.....	(102.354)	(105.236)
d) Despesas Administrativas		
Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns R\$ (510.415) (R\$ (498.755) de 01/01 a 31/12/2024), que decorrem da utilização da estrutura comum do conglomerado.		
e) Resultado Financeiro		
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas Financeiras.....	42.782.023	24.140.891
Fundos de Investimentos.....	41.562.811	22.518.127
Títulos Públicos e de Empresas.....	1.192.848	1.606.505
Outras.....	26.364	16.259
Despesas Financeiras.....	(42.141.582)	(23.575.966)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência.....	(41.936.570)	(23.500.763)
Títulos Públicos e de Empresas.....	(200.475)	(71.716)
Outras.....	(4.537)	(3.487)
Resultado Financeiro.....	640.441	564.925

NOTA 7 - TRIBUTOS

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c.IV. A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	42.782.023	24.140.891
Fundos de Investimentos	41.562.811	22.518.127
Títulos Públicos e de Empresas.....	1.192.848	1.606.505
Outras	26.364	16.259
Despesas Financeiras	(42.141.582)	(23.575.966)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência	(41.936.570)	(23.500.763)
Títulos Públicos e de Empresas.....	(200.475)	(71.716)
Outras	(4.537)	(3.487)
Resultado Financeiro	640.441	564.925

NOTA 7 - TRIBUTOS	
A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c IV.	
A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.	
Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.	
Imposto de Renda.....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	Nota	31/12/2024	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2025
Refletido no Resultado.....		218.163	(66.240)	47.459	199.382
Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado.....		25.664	(25.664)	1.303	1.303
Obrigações Legais.....		798	--	--	798
Provisões.....		15.776	(14.627)	10.564	11.713
Outras Provisões Indedutíveis.....		175.925	(25.949)	35.592	185.568
Refletido no Patrimônio Líquido.....		532.428	(146.187)	99.839	486.080
Ajustes ao Valor Justo por meio de Outros Resultados					
Abrangentes e Outros.....		532.428	(146.187)	99.839	486.080
Total.....	7c	750.591	(212.427)	147.298	685.462

Os Ativos Fiscais Diferidos estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 734.769 (R\$ 776.484 em 31/12/2024), e estão representados por Tributos Diferidos R\$ 685.462 (R\$ 750.591 em 31/12/2024) e por Tributos a Compensar R\$ 49.307 (R\$ 25.893 em 31/12/2024).

II - O saldo de Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2024	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2025
Refletido no Resultado.....	314.335	(10.714)	1.979	305.600
Ativos Intangíveis.....	103.117	--	--	103.117
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões.....	7.136	(1.661)	1.352	6.827
Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado.....	8.790	(8.790)	457	457
Outras.....	195.292	(263)	170	195.199
Total.....	314.335	(10.714)	1.979	305.600
Total Líquido.....	436.256	(201.713)	145.319	379.862

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2026	5.530	0,8%
2027	23.540	3,4%
2028	33.542	4,9%
2029	20.982	3,1%
2030	25.188	3,7%
2031 a 2033	177.038	25,8%
2034 a 2035	399.642	58,3%
Total	685.462	100,0%
Valor Presente (1)	464.714	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por 1.094.526.547 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado conforme disposto no Estatuto Social.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido.....	479.757	449.359
(-) Reserva Legal.....	(23.988)	(22.468)
Lucro base para determinação do dividendo.....	455.769	426.891
Dividendos mínimos obrigatórios.....	4.558	4.269

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos.....	--	--	--	405.866	--	405.866
Dividendos.....	--	--	--	237.039	--	237.039
Dividendos Extraordinários.....	--	--	--	162.961	--	162.961
Dividendos (provisionados no período anterior).....	--	--	--	5.866	--	5.866
Provisionados.....	4.558	--	4.558	(60)	--	(60)
Dividendos.....	4.558	--	4.558	--	--	--
Reversão de Dividendos.....	--	--	--	(60)	--	(60)

Os dividendos provisionados são registrados na rubrica Obrigações a Pagar, quando aplicável.

c) Reservas de Lucros

Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO/E.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: ITAUSEG PART e os indiretos: ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sua respectiva agência em Cayman, Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas da ITAÚ VIDA, além das demais empresas e fundos de investimentos sob controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Coligadas - empresas não controladas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Outras Partes Relacionadas:
- Participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A., destacando-se: Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

	31/12/2025				31/12/2024	
	Controladoras	Empresas do Grupo	Coligadas	Outras Partes Relacionadas	Total	Total
Ativo.....	--	3.185.798	1.840	1.730	3.189.368	3.030.144
Aplicações.....	--	3.130.083	1.840	--	3.131.923	2.932.192
Outros Ativos.....	--	55.715	--	1.730	57.445	97.952
Passivo.....	--	(128.901)	--	(926)	(129.827)	(131.043)
Provisões Técnicas.....	--	(78.436)	--	--	(78.436)	(79.182)
Outros Passivos.....	--	(50.465)	--	(926)	(51.391)	(51.861)
Demonstração do Resultado.....	206	(197.062)	961	16.549	(179.346)	227.555
Receitas.....	206	80.765	--	16.549	97.520	481.657
Despesas.....	--	(96.549)	--	--	(96.549)	(102.915)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais.....	--	(181.278)	961	--	(180.317)	(151.187)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos aos Administradores da empresa são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a empresa possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Riscos das Operações e Subscrição

A empresa oferta seus produtos aos clientes por distribuição *bancassurance* e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentess pessoais são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações podem resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro, risco comportamental e risco de subscrição.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os riscos de seguros e previdência, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição ocorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado: (i) Seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas de precificação; e (ii) Previdência Privada é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da empresa, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

I - Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Teste de sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuarias, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras.

- Tábuas biométricas para medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.
- Taxa de juros livre de risco (ETTJ) divulgada pela SUSEP, para descontar precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.
- Taxa de conversão em renda para medir a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria.
- Sinistralidade, para estimar o fluxo de caixa de sinistros oriundos dos contratos de seguros assumidos.

Os resultados encontrados no teste de sensibilidade abaixo demonstram a variação das estimativas correntes antes das compensações do Teste de Adequação do Passivo (TAP).

	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido (1)					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	
Teste de Sensibilidade						
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%.....	17.977	(7.283)	(7.220)	17.492	(7.337)	(6.746)
Decréscimo de 5%.....	(18.825)	7.580	7.515	(18.206)	7.627	7.012
Taxa de Juros Livre de Risco						
Acréscimo de 0,1 p.p.....	63.480	1.675	1.654	78.685	1.714	1.576
Decréscimo de 0,1 p.p.....	(64.750)	(1.694)	(1.673)	(80.312)	(1.734)	(1.594)
Taxas de Conversão em Renda						
Acréscimo de 5%.....	15.577	--	--	10.650	--	--
Decréscimo de 5%.....	(15.577)	--	--	(10.650)	--	--
Sinistros						
Acréscimo de 5%.....	--	(8.184)	(7.590)	--	(8.610)	(7.898)
Decréscimo de 5%.....	--	8.184	7.590	--	8.610	7.898

1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

II - Concentração de Riscos

Para a empresa não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emitidos		Resseguros		Prêmios Retidos	
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
VGBL.....	14.489.963	21.627.907	--	--	14.489.963	21.627.907
PGBL.....	3.821.091	3.398.244	--	--	3.821.091	3.398.244
Vida em Grupo.....	397.012	393.479	(2.924)	(735)	394.088	392.744
Pensão, Pecúlio e Invalidez.....	217.602	211.787	(13.809)	(16.660)	203.793	195.127
Tradicional.....	67.330	88.157	--	--	67.330	88.157
Acidentes Pessoais Coletivo.....	110.041	110.865	(5.860)	(6.191)	104.181	104.674
Demais Ramos.....	62.587	65.094	(9.697)	(6.482)	52.890	58.612

Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31/12/2025 E 31/12/2024 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 E 2024 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A empresa possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado
O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).
A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição. A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de: proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo, aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados, fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio e monitorar e evitar a concentração de riscos.
O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.
O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como

III - Risco de Liquidez
A empresa identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a empresa efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	31/12/2025			31/12/2024		
	Saldo Contábil	DV01		Saldo Contábil	DV01	
Operações de Seguros						
Prêmios não Ganhos (PPNG)						
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)						
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)						
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC / PMBC)						
Subtotal						
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual						
Despesas Relacionadas (PDR)						
Prêmios não Ganhos (PPNG)						
Sinistros a Liquidar (PSL)						
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)						
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)						
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)						
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL / VGBL						
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais						
Excedente Financeiro (PEF)						
Subtotal						
Total Provisões Técnicas						

1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

IV - Risco de Crédito
A empresa entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

IV.I - Resseguradores
As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”.

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (local) com 45%, Siriuspoint International Insurance Corp. (eventual) com 20%, IRB Brasil Resseguros S.A. (local) com 20% e MS Amlin Insurance SE (eventual) com 15% (esses mesmos percentuais foram divulgados em 31/12/2024).

IV.II - Prêmios a receber
Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a empresa considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a empresa possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de

prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 - Contrato das Operações.

IV.III - Aplicações
A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito de aplicações consultar Nota 3 - Aplicações.
Os documentos “Relatório de Acesso Público”, que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Comitê de Auditoria Único
Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

DIRETORIA					
Diretor Presidente	Diretores				
Renato Bereznjak Cunha	Andre Balestrin Cestare Carlos Henrique Donegá Aidar	Eduardo Nogueira Domeque Lineu Carlos Ferraz de Andrade	Matias Granata (1) Rita Rodrigues Ferreira Carvalho	Tatiana Grecco (1) Vinicius Santana	
(1) Eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 02/01/2026, aguardando homologação da SUSEP.					

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 7º andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Vida e Previdência S.A.

Escopo da auditoria
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da administração
A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com

os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Itaú Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os

aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026	
	PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105
	Dinarte Ferreira Bonetti MIBA 2147
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalberto Dellape Baptista B32, São Paulo - SP, CEP 04538-132	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Itaú Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.
As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:
• Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
• Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
• Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
• Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo (“*mTm - Mark to Market*”).
Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classes	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).....	8.092.077	(8.696)	7.997.593	(8.568)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C).....	6.268.832	(2.369)	6.396.849	(2.713)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	461.969	(208)	234.834	(110)
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	26.066	(8)	7.311	(3)
Títulos Privados				
Indexado a IPCA.....	19.995	(29)	26.575	(39)
Indexado a PRÉ.....	2.747	--	3.791	--
Ações	29.275	293	12.011	120
Ativos Pós-Fixados	1.302.481	--	1.434.601	--
Compromissadas Over	1.155.623	--	671.403	--
Total	17.359.065		16.784.968	

O saldo contábil está apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações, exceto as aplicações de VGBL no montante de R\$ 335.161.634 (R\$ 287.607.932 em 31/12/2024) e na rubrica Outros Créditos Operacionais - Títulos e Créditos a Receber no montante de R\$ 5.809 (R\$ 5.077 em 31/12/2024), referente a bloqueios judiciais.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Itaú Vida e Previdência S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Continuação)

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado

como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-2SP034519/O

Paula Colodete Lucas

Contadora CRC- SP290864/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>